



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 11ª (DÉCIMA PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 4ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 18 (*dezoito*) dias do mês de agosto do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 11ª (*décima primeira*) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros Ivete Maurício de Lima, Michel André Bezerra Lima Gradwohl, Dalcília Bruno Soares, Fredy José Gomes de Albuquerque, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Fernando Augusto de Melo Falcão. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/1739/2018 – Auto de Infração: 1/201800942. Recorrente: EF COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro MICHEL ANDRÉ BEZERRA LIMA GRADVOHL. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação à preliminar de nulidade suscitada por vício procedimental, sob o fundamento de que a emissão do Termo de Conclusão de Fiscalização e sua ciência, foram muito posteriores à lavratura do Auto de Infração** - Afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que a legislação não estabelece prazo entre a lavratura do Auto de Infração e a emissão do Termo de Conclusão de Fiscalização e considerando que a ação fiscal foi encerrada dentro do prazo legal. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 4ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, uma vez que ficou caracterizada nos autos a inexistência do inventário. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Os Conselheiros Fernando Augusto de Melo Falcão e Ivete Maurício de Lima votaram pela procedência, por fundamentação diversa, aplicando a penalidade prevista no art. 123, VIII, “c” da Lei nº 12.670/96, com a redação dada pela Lei nº 16.258/2017, limitada ao valor lançado no Auto de Infração, sob o entendimento de que o caso em análise trata de embaraço à

fiscalização. Registre-se a ausência do representante legal da recorrente, Dr. Bruno Almeida, apesar de regularmente intimado para apresentação de sustentação oral. **Processo de Recurso nº 1/1743/2018 – Auto de Infração: 1/201800940. Recorrente: EF COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE MELO FALCÃO. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação à preliminar de nulidade suscitada por vício procedimental, sob o fundamento de que a emissão do Termo de Conclusão de Fiscalização e sua ciência, foram muito posteriores à lavratura do Auto de Infração** - Afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que a legislação não estabelece prazo entre a lavratura do Auto de Infração e a emissão do Termo de Conclusão de Fiscalização e considerando que a ação fiscal foi encerrada dentro do prazo legal. **2. Com relação à preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de falta de descrição e demonstrativo claro das notas fiscais auditadas e levadas em consideração** – Por unanimidade de votos, a 4ª Câmara de Julgamento resolve acatar a nulidade suscitada em virtude da falta de identificação das notas fiscais de entrada não escrituradas, considerando que a referida omissão limitou o direito de defesa do contribuinte. **Em decisão final**, a 4ª Câmara de Julgamento resolve, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e, preliminarmente, declarar a **nulidade** do feito fiscal por cerceamento do direito de defesa do contribuinte. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Registre-se a ausência do representante legal da recorrente, Dr. Bruno Almeida, apesar de regularmente intimado para apresentação de sustentação oral. **Processo de Recurso nº 1/1744/2018 – Auto de Infração: 1/201800941. Recorrente: EF COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: Conselheira DALCÍLIA BRUNO SOARES. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação à preliminar de nulidade suscitada por vício procedimental, sob o fundamento de que a emissão do Termo de Conclusão de Fiscalização e sua ciência, foram muito posteriores à lavratura do Auto de Infração** - Afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que a legislação não estabelece prazo entre a lavratura do Auto de Infração e a emissão do Termo de Conclusão de Fiscalização e considerando que a ação fiscal foi encerrada dentro do prazo legal. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 4ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, uma vez que ficou caracterizada nos autos a inexistência do Livro Caixa. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Os Conselheiros Fernando Augusto de Melo Falcão e Ivete Maurício de Lima votaram pela procedência, por fundamentação diversa, aplicando a penalidade prevista no art. 123, VIII, “c” da Lei nº 12.670/96, com a redação dada pela Lei nº 16.258/2017, limitada ao valor lançado no Auto de Infração, sob o entendimento de que o caso em análise trata de embarço à fiscalização. Registre-se a ausência do representante legal da recorrente, Dr. Bruno Almeida, apesar de regularmente intimado para apresentação de sustentação oral. **Processo de Recurso nº 1/5283/2017 – Auto de Infração: 1/201715145. Recorrente: GILSON SILVA NEVES. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE MELO FALCÃO. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e afastar as preliminares de nulidade suscitadas no recurso, resolve, no mérito, por maioria de votos, dar provimento em parte ao recurso interposto, para decidir pela **parcial procedência** da acusação fiscal, aplicando o disposto no art. 563-B do Decreto nº 24.569/97, por se

tratar de caminhão e carroceria. Foi voto vencido a Conselheira Dalcília Bruno Soares que votou pela procedência do lançamento por entender que a obrigação principal relatada na inicial trata de diferencial de alíquota e, não, de substituição tributária por carga líquida prevista no art. 563-B do Decreto nº 24.569/97. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos. E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA